

FMI acha que já é hora de reduzir as dívidas

Washington — O Fundo Monetário Internacional (FMI), após apelar aos devedores do terceiro mundo e aos bancos credores a agir com maior flexibilidade, reconheceu ontem pela primeira vez, a necessidade de fazer algumas reduções de dívidas, sob a condição de que sejam negociadas.

“Tudo o que for possível fazer, sem aumentar o “stock” da dívida existente, será bem-vindo”, afirmou o diretor-geral do FMI, Michel Camdessus, ao apresentar um balanço dos trabalhos no comitê interino, a mais alta instância do Fundo.

Camdessus reconheceu que as reduções de dívidas, como as que o Brasil tenta impor aos bancos privados, fazem parte deste leque de opções.

“Acreditamos que sim, mas é necessário que seja sem obrigações e livremente negociada” por ambos os lados, disse no final da reunião dos 22 ministros integrantes do comitê, que representa os países ricos e do terceiro mundo.

O caso do Brasil, o país mais endividado, adquiriu o valor de um teste para a sobrevivência do “Plano Baker”, no momento em que se encontram em Washington 15 ministros da fazenda e centenas de banqueiros para participar dos trabalhos anuais do FMI e do Banco mundial.

Dois anos depois de ser lançada, a iniciativa do secretário norte-americano do Tesouro está longe de ter convencido os bancos comerciais, para que ajam com maior generosidade na atribuição de créditos ao terceiro mundo.

Baker reconheceu ontem que o papel dos bancos privados “foi uma preocupação maior” na estratégia internacional para solucionar o problema da dívida, proposta que fez em Seul, em 1985.

Entretanto, reconheceu que, desde o começo do ano, houve um “considerável progresso”.

Alguns países, como a Argentina, Filipinas, Chile, Colômbia e, inclusive a Bolívia — o mais pobre dos grandes devedores da América Latina —, fizeram todos os esforços necessários, observou o secretário do Tesouro.

O comitê interino estimou, por sua vez, que, apesar dos “sensíveis progressos conseguidos (...), uma solução satisfatória do problema da dívida exigirá mais tempo do que foi inicialmente previsto” em seu comunicado final.

Os 22 ministros destacaram sua “preocupação” ante a “aparente lentidão” da resposta dos bancos.

Camdessus destacou que as demoras na aplicação de alguns programas de assistência financeira têm, “às vezes, um papel demolidor” na negociação com os países endividados.

Entretanto, o FMI e os países industrializados — que controlam de fato sua política — não parecem dispostos a deixar-se pressionar pelos devedores que, como o Brasil, possuem um forte peso na balança dos bancos comerciais.

Segundo Baker, o FMI deve continuar exercendo “um papel central” na aplicação e na continuidade dos programas de recuperação econômica que, nos países endividados, acompanham a concessão de novos créditos.

O secretário do Tesouro anunciou novas iniciativas norte-americanas nesse sentido.

Camdessus revelou, também, que o ministro brasileiro da Fazenda, Bresser Pereira, teve uma “participação ativa” nos trabalhos do comitê.

AÇÕES

O comitê interino, organismo que dita a política do Fundo Monetário Internacional, defendeu ontem o uso crescente das fórmulas de colocação de ações no mercado que permitam reduzir o montante e aliviar a carga de serviços da dívida externa do terceiro mundo.

A conversão de uma parte da dívida externa em bônus negociáveis é uma das opções que

vêm sendo promovidas pelos países industrializados para facilitar as negociações dos países endividados com os bancos internacionais.

O comitê interino, às vésperas da inauguração da assembleia-geral do FMI e do Banco Mundial, deu as boas-vindas a maior diversificação refletida nos últimos acordos entre os devedores e credores.

Os bônus já foram utilizados pela Argentina com pouco êxito, mas o Brasil acredita que possa ter melhor sorte incorporando a eles incentivos adicionais. Os bancos, por exemplo, ficariam por fora, ou pelo menos teriam reduzida sua participação em novos créditos aos países do terceiro mundo, em troca de reconhecer, ainda que parcialmente, que seus empréstimos anteriores valham menos do que diz a contabilidade.

O comitê interino considerou que “uma ampliação de opções orientadas pelo mercado e aceitas mutuamente” pode assegurar a aprovação oportuna de pacotes financeiros e a reafirmação das relações entre devedores e credores.

Os bônus propostos pelo Brasil na última sexta-feira não envolvem o desconto do valor nominal dos empréstimos velhos, mas representam uma transformação de papéis que podem ser convertidos em investimentos no Brasil, até um montante de 300,4 bilhões de dólares.

Os títulos seriam a longo prazo, não sujeitos a reestruturação e a uma taxa de juros fixa, cujo índice será negociado. Como incentivo adicional, o Governo brasileiro sugeriu dar facilidades, caso seus resultados do balanço de pagamentos superem certos níveis.

O comitê interino reconheceu que a solução do problema da dívida “tomará provavelmente mais tempo do que se esperava” e ainda que tenha desprezado as denúncias do terceiro mundo sobre o fracasso do Plano Baker, reconheceu que as nações industrializadas devem estimular seu crescimento e intensificar os esforços para reduzir os desequilíbrios fiscais e comerciais.

Assim mesmo, criticou os bancos comerciais por sua “lentidão” em reiniciar o financiamento voluntário aos países que tenham feito progressos na aplicação de políticas econômicas sadias.



Camdessus